

Econ. Brasil

Ilusão de ótica

Aarrecadação recorde de R\$ 13,908 bilhões em março tem duas leituras. Uma, auspíciosa. Indica que o Estado recuperou a capacidade de arrecadar. Outra, preocupante. A supercarga tributária suga cerca de 1,2% do PIB nacional. Mas os recursos não vêm sendo revertidos em benefício da sociedade.

Explica-se. O governo conseguiu resolver o desafio da crise asiática com o pacote fiscal. Aumentou os juros já então situados em patamares bastante elevados. Com isso, atraiu capital — boa parte especulativo. Hoje, as reservas cambiais estão próximas dos U\$ 70 bilhões, nove a mais do que registravam antes do colapso das bolsas dos países do Pacífico.

Em consequência, aumentou o serviço da dívida, sobretudo a interna. Boa parte do dinheiro extraído do contribuinte em forma de impostos é desembolsado no pagamento de juros e amortizações.

A sociedade, assim, deixa de usufruir os benefícios que, teoricamente, adviriam da engorda dos cofres públicos. Por um lado, não vê melhorias nos serviços que o Estado lhe oferece. A educação, a saúde e a segurança vêm experimentando alarmante deterioração de qualidade.

Por outro, sofre outros males. Ao elevar o patamar de juros a níveis estratosféricos, desestimulam-se os investimentos e o consumo. Há queda significativa na produção industrial e declínio ainda maior nas atividades comerciais.

A tradução de tudo isso é o desemprego preocupante, a inadimplência generalizada e um quadro com remotas perspectivas de mudança.

Em qualquer economia racional, a política de juros altos tem vida curtíssima. No Brasil, parece que veio para ficar.

A situação, claro, é extremamente delicada. Requer ações cuidadosas. Se os juros diminuírem além de certo limite, o capital foge. As reservas caem. E podem ocorrer pressões inflacionárias. Anda-se sobre o fio da navalha. Há que promover a gradual redução da taxa de juros de forma a afastar a recessão delineada sem afugentar o capital.

Outras medidas também se impõem. Uma é estimular as exportações. Outra, defender a indústria nacional sadia de concorrência desleal com as importações subsidiadas. Outra, ainda, implantar políticas públicas de estímulo ao emprego. Aí entram o plano nacional de habitação popular, a redução dos custos indiretos do trabalho, a melhora do aparato policial e do sistema penitenciário, e políticas de saneamento das grandes cidades.

Melhor seria se os recordes de arrecadação fossem oriundos do crescimento econômico e do aumento do nível de emprego do país. No entanto, os índices registrados apontam apenas para a melhor eficácia do aparelho arrecadador ao lado do aumento significativo das alíquotas dos impostos e tributos, além de recursos oríndos de privatização. Até quando essa política vai render frutos? É uma incógnita.